

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. – SICOOB CECREMEF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício de 2014 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. – SICOOB CECREMEF, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 17 de março de 2014 o SICOOB CECREMEF completou 53 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2014, o SICOOB CECREMEF obteve um resultado de R\$ 2.101.107, representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 4,01%.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 228.100.345. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 86.184.727:

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$ 86.184.727	100%
--------------------	----------------	------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2014 o percentual de 3,52% da carteira, no montante de R\$ 3.030.076.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 261.408.649, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 12,07%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 8.499.762	3,3%
Depósitos a Prazo	R\$ 252.908.887	96,7%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2014 o percentual de 18,22% da captação, no montante de R\$ 47.635.889.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB CECREMEF em 31/12/2014 era de R\$ 49.961.009, havendo um acréscimo de 6,9% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do pro-penso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CECREMEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 97,96% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão. Cabe à diretoria executiva a gestão dos

negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui ainda um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do conselho fiscal e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos na AGO, com mandato até a AGO de 2016, o conselho fiscal tem a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2014, todos os membros efetivos e suplentes do conselho fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL RIO em parceria com a OCB/SESCOOP-RJ, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CECREMEF aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2014, a ouvidoria do SICOOB CECREMEF registrou 22 (vinte e duas) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 22 (vinte e duas) reclamações, 18 (dezoito) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente; as demais foram consideradas improcedentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2015.

Francisco Carlos Bezerra da Silva
Presidente

Marcos Machado de Almeida
Diretor de Administração

Joaquim José Vieira dos Santos
Diretor Financeiro

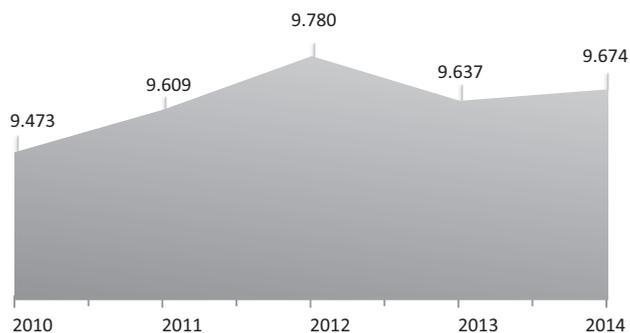
Mina Fiszman
Diretora Social

Francisco Carlos Mesquita
Diretor Auxiliar

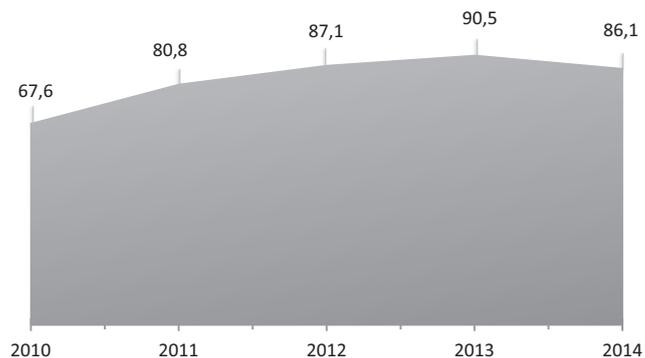
Agliberto Cravo Barroso
Diretor Suplente

INDICADORES

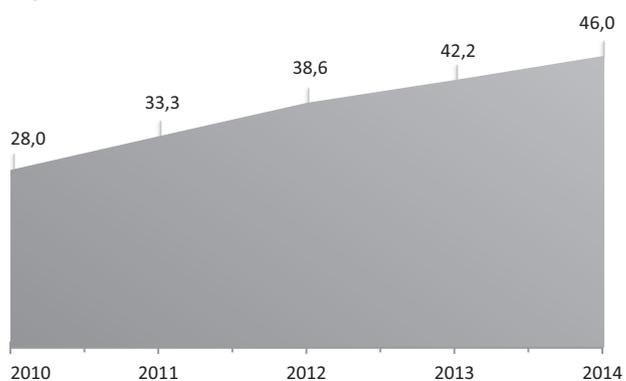
Quadro Social



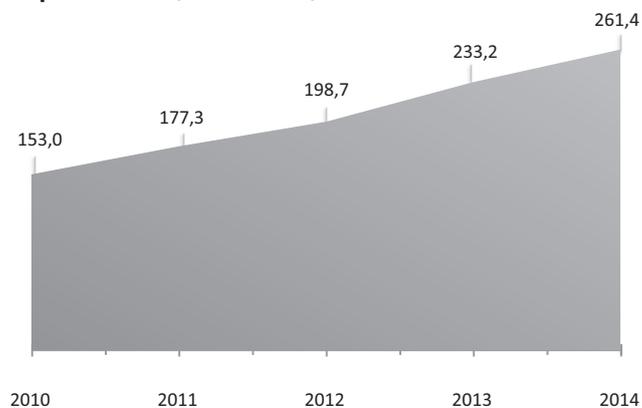
Carteira de Crédito Bruta (milhões de R\$)



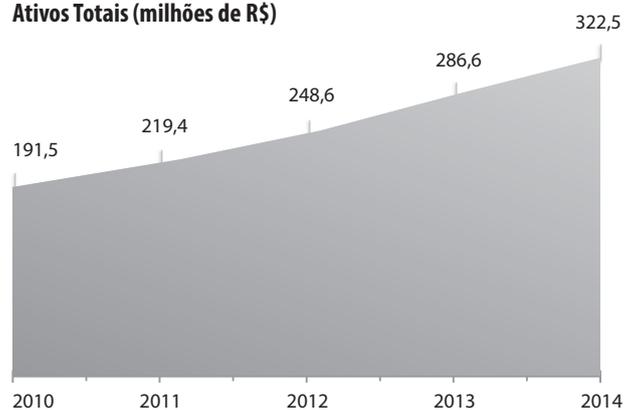
Capital Social (milhões de R\$)



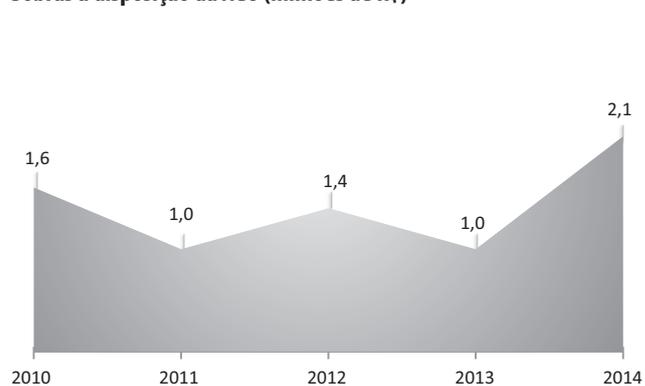
Depósitos Totais (milhões de R\$)



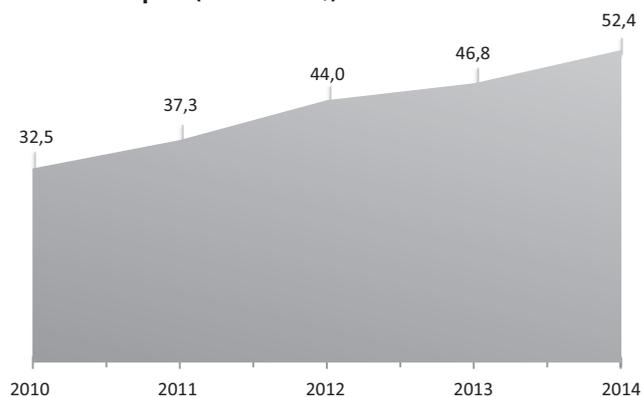
Ativos Totais (milhões de R\$)



Sobras à disposição da AGO (milhões de R\$)



Patrimônio Líquido (milhões de R\$)



**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas
do Sistema Eletrobras Ltda - Sicoob Cecremef – CNPJ/MF nº 33.370.115/0001-27**

BALANÇO PATRIMONIAL		em Reais	
ATIVO		31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		259.502.535	220.695.386
DISPONIBILIDADES		320.028	239.051
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 04)	228.100.345	189.650.752
Centralização Financeira - Cooperativas		228.100.345	189.650.752
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	30.560.859	30.151.191
Operações de Crédito		30.560.859	30.151.191
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06)	433.685	625.891
Rendas a Receber		476	5.225
Diversos		433.209	620.666
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 07)	87.618	28.501
Despesas Antecipadas		87.618	28.501
NÃO CIRCULANTE		63.095.414	65.896.820
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		54.271.097	59.157.728
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	54.271.097	59.157.728
Operações de Crédito		54.271.097	59.157.728
PERMANENTE	(NOTA 08)	8.824.317	6.739.092
INVESTIMENTOS	(NOTA 08a)	6.235.919	4.537.309
Outros Investimentos		9.316.919	7.618.309
(Provisões para Perdas)		(3.081.000)	(3.081.000)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 08b)	2.450.329	2.012.733
Imóveis de Uso		1.471.450	1.471.450
Outras Imobilizações de Uso		2.133.796	1.553.586
(Depreciação acumulada)		(1.154.917)	(1.012.303)
INTANGÍVEL	(NOTA 08d)	102.393	113.366
Outros Ativos Intangíveis		743.089	704.138
(Amortização acumulada)		(640.696)	(590.772)
DIFERIDO	(NOTA 08c)	35.676	75.684
Gastos de Organização e Expansão		485.481	485.481
(Amortização acumulada)		(449.805)	(409.797)
TOTAL DO ATIVO		322.597.949	286.592.206
PASSIVO		31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		270.142.164	239.769.431
DEPÓSITOS	(NOTA 09)	261.408.649	233.252.101
Depósitos à Vista		8.499.762	8.416.928
Depósitos a Prazo		252.908.887	224.835.173
OUTRAS OBRIGAÇÕES		8.733.515	6.517.330
Cobrança e Arrecadação de Tributos		4.566	3.678
Sociais e Estatutárias	(NOTA 10)	2.251.340	1.446.613
Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 11)	702.956	511.944
Diversas	(NOTA 12)	5.774.653	4.555.095
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		52.455.785	46.822.775
CAPITAL SOCIAL	(NOTA 14)	46.040.868	42.277.164
De Domiciliados no País	(NOTA 14a)	46.161.564	42.347.565
(Capital a Realizar)	(NOTA 14a)	(120.696)	(70.401)
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	(NOTA 14c)	770.970	794.469
RESERVAS DE SOBRAS	(NOTA 14b)	3.542.840	2.706.052
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(NOTAS 14d e 14f)	2.101.107	1.045.090
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		322.597.949	286.592.206

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

em Reais

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2014	31/12/2014	31/12/2013
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.070.683	21.504.238	20.621.110
Operações de Crédito	11.070.683	21.504.238	20.621.110
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(14.033.470)	(25.733.650)	(16.769.127)
Operações de Captação no Mercado	(13.790.656)	(25.375.832)	(16.196.131)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(242.814)	(357.818)	(572.996)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.962.787)	(4.229.412)	3.851.983
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	6.828.456	8.670.034	(2.071.983)
Receitas de Prestação de Serviços	434.385	794.536	557.179
Rendas de Tarifas Bancárias	52.287	101.948	138.088
Despesas de Pessoal	(6.258.420)	(11.464.748)	(10.110.244)
Outras Despesas Administrativas	(2.660.417)	(4.796.155)	(3.973.690)
Despesas Tributárias	(50.446)	(97.410)	(88.888)
Outros ingressos/rendas operacionais	17.138.949	27.647.548	13.809.945
Outros dispêndios/despesas operacionais	(1.827.882)	(3.515.685)	(2.404.373)
RESULTADO OPERACIONAL	3.865.669	4.440.622	1.780.000
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(142.098)	(157.297)	2.942
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	3.723.571	4.283.325	1.782.942
Provisão para Imposto de Renda	(30.849)	(63.724)	(36.708)
Provisão para Contribuição Social	(25.709)	(52.634)	(35.038)
Reversão da Reserva de Reavaliação	11.749	23.499	23.499
Participações Estatutárias	-	(2.089.359)	(696.727)
Atos Não Cooperativos Destinados ao FATES	-	-	7.122
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS	3.678.762	2.101.107	1.045.090
Juros ao Capital	(972.186)	(1.605.502)	(1.047.923)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

em Reais

	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2012	38.624.552	(7.742)	817.968	2.514.664	2.049.459	43.998.901
Ajustes de Exercícios Anteriores						-
Destinação de Sobras Exercício Anterior						-
Constituição de Reservas				15.608	(15.608)	-
Em Conta Corrente do Associado					(1.450.195)	(1.450.195)
Ao Capital					(452.304)	(452.304)
Cotas de Capital a Pagar - Ex-associados					(131.352)	(131.352)
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.589.149	(62.659)				4.526.490
Por Devolução (-)	(1.741.964)					(1.741.964)
Reversões de reservas			(23.499)		23.499	-
Recuperação de Reservas				1.598	-	1.598
Sobras ou Perdas Líquidas					1.711.196	1.711.196
Provisão de Juros ao Capital	1.030.370					-
IRRF sobre Juros ao Capital	(154.542)					1.030.370
FATES - Atos Não Cooperativos					7.122	(147.420)
Destinação das Sobras ou Perdas:						-
Fundo de Reserva				174.182	(174.182)	-
F A T E S					(522.545)	(522.545)
Saldos em 31/12/2013	42.347.565	(70.401)	794.469	2.706.052	1.045.090	46.822.775
Mutações do Período	3.723.013	(62.659)	(23.499)	191.388	(1.004.369)	2.823.874
Movimentação de Capital						
Ajustes de Exercícios Anteriores						-
Destinação de Sobras Exercício Anterior						-
Recuperação de Reservas				116	(116)	-
Em Conta Corrente do Associado					(1.003.247)	(1.003.247)
Ao Capital	15.590				(15.590)	-
Cotas de Capital a Pagar - Ex-associados					(26.137)	(26.137)
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.114.837	(50.295)				4.064.542
Por Devolução (-)	(1.662.358)					(1.662.358)
Estorno de Capital						-
Reversões de reservas			(23.499)		23.499	-
Sobras ou Perdas Líquidas					4.166.967	4.166.967
Recuperação de Reservas				929		929
Subscrição do Juros ao Capital	1.583.421					1.583.421
IRRF sobre Juros ao Capital	(237.491)					(237.491)
Destinação das Sobras ou Perdas:						-
Fundo de Reserva				835.743	(835.743)	-
F A T E S					(1.253.616)	(1.253.616)
Saldos em 31/12/2014	46.161.564	(120.696)	770.970	3.542.840	2.101.107	52.455.785
Mutações do Período	3.813.999	(50.295)	(23.499)	836.788	1.056.017	5.633.010

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

em Reais

	2º SEMESTRE DE 2014	31/12/2014	31/12/2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	3.723.571	4.283.325	2.830.866
IRPJ / CSLL	(56.559)	(116.358)	(71.746)
Provisão para Operações de Crédito	126.377	121.582	(267.959)
Provisão de Juros ao Capital	-	-	(1.047.923)
Depreciações e Amortizações	92.989	232.547	293.984
Sobras/Perdas do Exercício Ajustado	3.886.378	4.521.096	1.737.222
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	46.282	4.355.381	(2.829.314)
Outros Créditos	56.318	192.206	157.896
Outros Valores e Bens	15.689	(59.117)	6.331
Depósitos a Vista	523.485	82.833	2.434.420
Depósitos sob Aviso	-	-	(5.882.284)
Depósitos a Prazo	8.432.875	28.073.715	37.973.226
Outras Obrigações	2.386.706	2.216.185	620.865
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	15.347.733	39.382.299	34.218.362
Baixa de Imobilizações de Uso	78.541	89.083	-
Aplicação no Intangível	(33.355)	(38.952)	-
Aplicação no Diferido	-	-	(39.923)
Inversões em Imobilizado de Uso	(306.055)	(669.293)	(94.601)
Inversões em Investimentos	(516.042)	(1.698.609)	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(776.911)	(2.317.771)	(134.524)
Aumento por novos aportes de Capital	2.055.701	4.064.541	4.526.490
Devolução de Capital à Cooperados	(781.369)	(1.662.358)	(1.741.965)
Destinação de Sobras Exercício Anterior - Reserva de Lucros	-	(116)	(15.608)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(26.137)	(583.656)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(1.003.247)	(1.450.195)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	7.122
FATES Sobras Exercício	(1.253.615)	(1.253.615)	(522.545)
Amortização Rateio/Perdas	-	1.045	17.206
Subscrição do Juros ao Capital	1.583.421	1.583.421	1.030.370
IRRF sobre Juros ao Capital	(237.491)	(237.491)	(154.542)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	1.366.647	1.466.043	1.112.677
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	15.937.469	38.530.571	35.196.515
No início do período	212.482.904	189.889.802	154.693.288
No fim do período	228.420.373	228.420.373	189.889.803
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	15.937.469	38.530.571	35.196.515

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda - Sicoob Cecremef – CNPJ/MF nº 33.370.115/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (EM R\$)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda - SICOOB CECREMEF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17/03/1961, filiada à Cooperativa Central Rio – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela lei complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

O SICOOB CECREMEF possui Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Rio de Janeiro – Centro e Botafogo; Angra dos Reis – Itaórna; Paraty – Mambucaba.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da lei complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) – Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/2011; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009. Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis foi dada pela administração na reunião de 27 de janeiro de 2015.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério *pro-rata temporis* e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A administração da cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e depósitos bancários	320.028	239.051
Relações interfinanceiras – centralização financeira	228.100.345	189.650.752
Total	228.420.373	189.889.803

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas *pro rata temporis*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em

consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de cinco anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2014 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2014.

NOTA 04 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/2010.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível/Percentual de Risco/Situação			Adto. / Emprést. /Tits. Descont.*	Financiamento	Total em 31/12/2014	Total da Provisão em 31/12/2014	Total em 31/12/2013	Total da Provisão em 31/12/2013
AA		Normal	2.289.375	80.840	2.370.215	-	2.624	-
A	0,5%	Normal	50.209.271	7.595.739	57.805.010	(289.025)	66.506.821	(332.534)
B	1%	Normal	17.669.761	1.012.942	18.682.703	(186.827)	18.538.752	(185.388)
B	1%	Vencidas	338.600	352.172	690.772	(6.908)	133.450	(1.333)
C	3%	Normal	3.825.830	425.645	4.251.475	(127.544)	3.220.623	(96.619)
C	3%	Vencidas	440.004	185.120	625.124	(18.754)	895.020	(26.851)
D	10%	Normal	555.363	17.470	572.833	(57.283)	229.290	(22.929)
D	10%	Vencidas	181.518	41.225	222.743	(22.274)	242.628	(24.263)
E	30%	Normal	58.546	-	58.546	(17.564)	79.079	(23.724)
E	30%	Vencidas	193.084	-	193.084	(57.925)	162.575	(48.772)
F	50%	Normal	109.730	22.677	132.407	(66.204)	34.854	(17.427)
F	50%	Vencidas	73.309	15.756	89.065	(44.533)	61.016	(30.508)
G	70%	Normal	-	-	-	-	14.248	(9.974)
G	70%	Vencidas	109.399	-	109.399	(76.579)	27.537	(19.276)
H	100%	Normal	31.981	-	31.981	(31.981)	137.112	(137.112)
H	100%	Vencidas	333.290	16.080	349.370	(349.370)	254.482	(254.482)
Total Normal			74.749.857	9.155.313	83.905.170	(776.428)	88.763.403	(825.707)
Total Vencido			1.669.204	610.353	2.279.557	(576.343)	1.776.708	(405.485)
Total Geral			76.419.061	9.765.666	86.184.727	(1.352.771)	90.540.111	(1.231.192)
Provisões (-)					(1.352.771)		(1.231.192)	
Total Líquido			76.419.061	9.765.666	84.831.956		89.308.919	

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2014
Empréstimos	10.615.713	15.090.324	48.523.163	74.229.200
Títulos Descontados	27.802	-	-	27.802
Financiamentos	858.446	2.293.855	6.613.369	9.765.670
Total	11.501.961	17.384.179	55.136.532	84.022.672

(Valores expressos em reais – R\$)

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto e atividade econômica:

Setor	31/12/2014				31/12/2013
	Conta Corrente	Empréstimo	Título Descontado	Total da Carteira	Total da Carteira
Setor privado – serviços	3.000	55.847	-	58.847	58.836
Pessoas físicas	2.156.057	83.867.908	-	86.023.965	88.356.818
Outros serviços	3.000	73.086	25.832	101.918	104.212
Total	2.162.057	83.996.840	25.832	86.184.729	88.519.866

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	(1.231.192)	(963.233)
Constituições/Reversões no período	(357.815)	(799.093)
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	236.236	531.134
Total	(1.352.771)	(1.231.192)

(Valores expressos em reais – R\$)

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2014	% Carteira Total	31/12/2013	% Carteira Total
Maior Devedor	210.469	0,24%	207.365	0,24%
10 maiores devedores	1.679.128	1,92%	1.530.471	1,69%
50 maiores devedores	6.104.340	6,98%	5.477.688	6,05%

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/ 1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	2.135.099	1.977.354
Valor das operações transferidas no período	236.236	304.973
Valor das operações recuperadas no período	(90.717)	(147.228)
Total	2.280.618	2.135.099

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a cooperativa por:

- (a) Em Rendas a Receber estão registrados: rendas a receber de Rendas a Receber (a)
 (b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados: devedores por Depósito em Garantia (b)
 (c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$ 677), Títulos e Créditos a Receber (c)
 (d) Em Devedores Diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos: Devedores Diversos (d)

Outros Créditos	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Rend a Receber (a)	476	-	476	5.225
Devedores por Depósito em Garantia (b)	31.471	-	31.471	98.561
Títulos e Créditos a Receber (c)	677	-	677	216
Devedores Diversos (d)	401.061	-	401.061	521.889
Total	433.685	-	433.685	625.891

(Valores expressos em reais – R\$)

Devedores Diversos	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta*	337.163	-	337.163	450.207
Impostos e contribuições a compensar	-	-	-	3.110
Devedores diversos - País **	63.898	-	63.898	68.572
Total	401.061	-	401.061	521.889

(Valores expressos em reais – R\$)

* Em “Adiantamentos para pagamentos de nossa conta” refere-se a adiantamento de imobilizações (R\$ 2.792) e adiantamento de excursões realizadas pelos associados (R\$ 334.371).

** A conta Devedores Diversos - País está assim composta:

Devedores Diversos - País	31/12/2014	31/12/2013
Pendências a regularizar	4.130	655
Pendências a regularizar - extrato	4.740	-
Pendência - processos centralizados	24.104	3.738
Outros devedores	29.001	50.632
Pendência - Cartão	1.923	13.547
Total	63.898	68.572

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 87.618, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Composto por:

Despesas Antecipadas	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Prêmios de seguros	17.693	-	17.693	17.582
Adiantamento vale transporte	5.143	-	5.143	-
Adiantamento auxílios refeição e alimentação	64.782	-	64.782	-
Outros	-	-	-	10.919
Total	87.618	-	87.618	28.501

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 08 – PERMANENTE

a) Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO:

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2014	31/12/2013
Central de Crédito – SICOOB CENTRAL RIO	6.235.919	4.537.309
CECRERJ	3.081.000	3.081.000
(-) Provisão para Perdas - CECRERJ	(3.081.000)	(3.081.000)
Total	6.235.919	4.537.309

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo.

Imobilizado de Uso	31/12/2014			31/12/2013	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total líquido	Total líquido	
Terrenos	282.000	-	282.000	282.000	-
Edificações	531.458	-	531.458	531.458	4%
Edificações - Reavaliações	657.992	(207.781)	450.211	486.996	2,5%
Instalações	864.500	(162.574)	701.926	274.850	10%
Móveis e equipamentos de uso	537.383	(309.744)	227.639	186.488	10%
Sistema de comunicação	9.771	(3.774)	5.997	6.338	10%
Sistema de processamento de dados	679.106	(440.663)	238.443	232.308	20%
Sistema de segurança	43.036	(30.381)	12.655	12.295	10%
Total	3.605.246	(1.154.917)	2.450.329	2.012.733	-

(Valores expressos em reais – R\$)

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no Imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

c) Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente.

Diferido	31/12/2014			31/12/2013	Taxas anuais de amortização %
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total líquido	Total líquido	
Benfeitorias	485.481	(449.805)	35.676	75.684	10%
Total	485.481	(449.805)	35.676	75.684	

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da cooperativa, como as licenças de uso de softwares.

O valor registrado na rubrica "Outros Ativos Intangíveis" refere-se a aos direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da cooperativa, como as licenças de uso softwares e Direitos de Uso.

Intangível	31/12/2014			31/12/2013	Taxas anuais de amortização %
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total líquido	Total líquido	
Outros ativos intangíveis	743.089	(640.696)	102.393	113.366	10%
Total	743.089	(640.696)	102.393	113.366	

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 09 – DEPÓSITOS

a) Os depósitos à vista não são remunerados.

Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2014	% Carteira Total	31/12/2013	% Carteira Total
Maior Aplicador	15.270.642	6,08%	12.721.095	5,65%
10 maiores aplicadores	32.358.019	12,88%	31.019.720	13,77%
50 maiores aplicadores	73.703.621	29,30%	68.516.849	30,42%

(Valores expressos em reais – R\$)

A cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

b) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Pessoa física	245.024.855	219.747.170
Depósito à vista	8.126.165	8.003.010
Depósito sob aviso	39.912.391	35.882.488
Depósito a prazo	196.986.299	175.861.672
Outros depósitos		
Pessoa jurídica	16.383.794	13.504.931
Depósito à vista	373.597	413.918
Depósito sob aviso	3.785.225	9.674.957
Depósito a prazo	12.224.972	3.416.056
Outros depósitos		
Total	261.408.649	233.252.101

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	1.253.781	562.767
Cotas de Capital a pagar (b)	997.559	883.846
Total	2.251.340	1.446.613

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos colaboradores da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 30% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) As Cotas de Capital a pagar aos associados demitidos, incluídos os juros ao capital.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para impostos e contribuições s/ lucros	22.534	24.049
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	316.295	317.751
IRRF sobre aplicações financeiras	119.851	10.588
IRRF de juros ao capital	240.828	157.190
Outros (PIS e COFINS sobre atos não cooperativos)	3.448	2.366
Total	702.956	511.944

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações - diversas	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	-	-	-	140.000
Despesas de pessoal	2.110.428	-	2.110.428	828.937
Outras despesas administrativas (a)	122.682	-	122.682	147.856
Devedores diversos - país (b)	1.724.931	-	1.724.931	1.839.562
Provisões para Riscos Tributários e Trabalhistas (c)	1.816.612	-	1.816.612	1.598.740
Total	5.774.653	-	5.774.653	4.555.095

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com aluguéis (R\$ 7.545), assistência técnica (R\$ 8.292), comunicações (R\$ 14.288), processamento de dados (R\$ 1.077), manutenção e conservação de bens (R\$ 1.025), transporte (R\$ 5.022), seguro (R\$ 60.155), fornecedores (R\$ 23.854) e outras (R\$ 1.424);

(b) A conta Devedores Diversos - País, está assim composta:

Devedores Diversos - País	31/12/2014
Sobras de caixa	608
Ocorrências Bancoob	92.649
Pendências a regularizar do Banco do Brasil	5.598
Repasse da Mantenedora	1.183.822
Créditos de Terceiros	426.266
Contas a pagar - demais fornecedores	5.176
Pendências a regularizar - depósitos não identificados	10.812
Total	1.724.931

(Valores expressos em reais – R\$)

(c) Provisões para Riscos Tributários e Trabalhistas:

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	Probabilidade de Perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014	Valor Depósitos Judiciais em 31/12/2014	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2013	Valor Depósitos Judiciais em 31/12/2013
PIS	Provável		226.550		212.475
COFINS	Possível		1.333.056		1.250.237
INSS	Remota				
Trabalhistas	Provável	96.835		40.000	
Outras contingências (a)	Remota	160.171		96.028	
Total		257.006	1.559.606	136.028	1.462.712

PIS e COFINS – quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004.

(a) Outras contingências esperaável refere-se às provisões das perdas possíveis e prováveis, informada pelo jurídico (CPC-025).

NOTA 13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CECREMEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2014	31/12/2013
Capital social	46.161.564	42.347.565
Capital a realizar	(120.696)	(70.401)

(Valores expressos em reais – R\$)

	31/12/2014	31/12/2013
Total de associados	9.674	9.637

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

(c) Reserva de Reavaliação

Conforme Laudo de Reavaliação do Imóvel, de uso próprio do Sicoob CECREMEF, realizada e aprovado em AGE em 29 de outubro de 2007, constituiu-se Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 939.992, sendo para o Terreno R\$ 282.000 e a Edificação R\$ 657.992, apropriado em 480 meses e amortizado o valor mensal de R\$ 1.958, restando um saldo em balanço de R\$ 770.970.

(d) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a lei nº 5.764/1971.

(e) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Sobras /lucro líquido do exercício	4.166.967	1.711.198
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	7.122
Realização da Reserva de Reavaliação	23.499	23.499
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações.	4.190.466	1.741.819
Destinações estatutárias	(2.089.359)	(696.729)
Reserva legal - 20%	(835.743)	(174.183)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 30%	(1.253.616)	(522.546)
Sobras ou Perdas à disposição da Assembléia Geral	2.101.107	1.045.090

(Valores expressos em reais – R\$)

A reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

NOTA 15 – RESULTADOS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Receita de prestação de serviços	794.535	560.210
Despesas específicas de atos não cooperativos	(37.147)	(25.925)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(726.042)	(530.239)
Resultado operacional	31.346	4.046
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(116.358)	(71.746)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(85.012)	(67.700)

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 16 – PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A cooperativa vem provisionando juros ao capital, com a expectativa de que ao final do exercício, remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS/RENDAS / DISPÊNDIOS/DESPESAS E RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Outros ingressos/rendas operacionais		
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	23.002.541	13.636.857
Recuperação de Despesas (a)	4.295.864	-
Outras (Recuperação de despesas e participações Sicoob Central Rio)	349.143	173.088
Total de outros ingressos/rendas operacionais	27.647.548	13.809.945
Outros dispêndios/despesas operacionais		
Juros ao Capital	1.605.501	1.047.923
Descontos Concedidos Operações de Crédito (TLA)	1.558.938	615.539
Fundo Garantidor	244.946	462.212
Outras (Tarifas, Multas, Juros de Mora e Atualizações Monetárias)	106.299	278.698
Total de outros dispêndios/despesas operacionais	3.515.684	2.404.372
Resultado não operacional		
Ganhos de Capital	38.073	3.142
Perdas de Capital	(195.370)	(200)
Total do resultado líquido	(157.297)	2.942

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Com a criação do FGCoop, o Conselho de Administração do Sicoob Confederação decidiu que a quase totalidade do extinto FGS (Fundo Garantidor Sicoob) fosse devolvido às Cooperativas participantes deste fundo do Sicoob, cabendo ao Sicoob Cecremef o valor de R\$ 4.280.666,79.

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são avais e alienação fiduciária.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2014:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	% em relação à carteira total
Saldo das operações ativas	209.651	94.878	0,24%
Saldo das operações passivas	2.650.749	439.980	1,05%

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Detalhamento das Operações Ativas:

OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Cheque especial	4.756	472	0,22%
Empréstimo / financiamento	204.895	1.024	0,24%

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Detalhamento das Operações Passivas:

OPERAÇÕES PASSIVAS			
Natureza da Aplicação Financeira - Transações com partes relacionadas	Valor da Aplicação Financeira	% da Aplicação financeira em relação à carteira total	Taxa média CDI - %
Depósitos à vista	24.581		
Pessoas físicas	24.581	0,29%	%
Depósitos a prazo	2.626.168		
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	2.626.168	1,08%	98%

(c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de:

depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade.

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pela Diretoria Executiva	% em relação à carteira total - saldo
Conta corrente (adiantamento a depositantes, cheque especial e conta garantida)	2,7% a 3,4%	2,7% a 3,4%	0,22%
Empréstimo / financiamento	1,98% a 0,00%	2,9% a 0,00%	0,24%
Aplicação financeira (RDC)	95% a 102,5%	95% a 105% do CDI	0,94%

(d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são avais e alienação fiduciária.

GARANTIAS PRESTADAS DE PARTES RELACIONADAS EXERCÍCIO 2014	
Natureza da Operação de Crédito	Total das Garantias
Conta corrente (adiantamento a depositantes, cheque especial e conta garantida)	4.756
Empréstimos e financiamentos	252.431

(Valores expressos em reais – R\$)

(e) No exercício de 2014, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

(Valores expressos em reais – R\$)

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS DE PARTES RELACIONADAS EXERCÍCIO 2014	
Descrição	Total dos Benefícios
Honorários	745.346

NOTA 19 - COOPERATIVA CENTRAL

O SICOOB CECREMEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central do Estado do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CECREMEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADO

A cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores externos.

Em 31 de dezembro de 2014, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Seguro patrimonial	2.664.800	2.324.000
Seguro de valores	280.000	310.000

NOTA 21 - ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 34.298.717, em 31 de dezembro de 2014.

NOTA 22 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CECREMEF, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis sete processos, totalizando R\$ 5.527.460.

NOTA 23 - GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

23.1 - RISCO OPERACIONAL

a) O gerenciamento do risco operacional da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de controles internos de riscos operacionais (Scir).

e) As informações cadastradas no sistema de controles internos e riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.

f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes as perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva auditora da cooperativa central.

g) Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da diretoria executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo agente de controles internos e riscos (ACIR).

h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

23.2 - RISCO DE MERCADO

a) O gerenciamento do risco de mercado da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

23.3 - RISCO DE CRÉDITO

a) O gerenciamento de risco de crédito da cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, a cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

23.4 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL

a) A estrutura de gerenciamento de capital da cooperativa objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas praticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a cooperativa aderiu a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob; e

III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Francisco Carlos Bezerra da Silva
Presidente

Marcos Machado de Almeida
Diretor de Administração

Joaquim José Vieira dos Santos
Diretor Financeiro

Rosângela Maria Blanco da Silva
Contadora
CRC: 38551/O-6
CPF: 347.899.107-25



MOVIMENTAÇÃO DO FATES

CECM DOS EMPREG. DE FURNAS E DAS DEMAIS EMP.DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA

		Em Reais	
DESCRIÇÃO	2014	DESCRIÇÃO	2014
(=) SALDO ACUMULADO 2013	562.767	ASSISTÊNCIA - ASSOCIADOS	1.385.431
		Despesas Sociais	8.323
		Auxílio Social	1.882
		Bazar de Natal	2.271
		Programa Odontológico	79.793
		Projeto Qualidade de Vida	20.346
		Cursos Sociais	130.253
(+) Recebimentos	2.448.871	Curso Represent. Áreas Regionais	174.470
Contribuição Auxílio Social	15.063	Passeios e Eventos	936.442
Dos Resultados	1.253.615	Convênio Colônia de Férias	2.240
Programa Odontológico	247.299	Brindes Diversos	29.413
Outras Contribuições	45.558	ASSISTÊNCIA - EMPREGADO	230.523
Reembolsos de Pessoal	4.779	Programa Odontológico	51.791
Passeios e Festas	882.558	Cesta de Natal	23.191
		Confraternizações - Funcionários	21.906
		Aux. Funcional (Educação Depend.)	18.940
		Desenvolvimento de Equipe	114.694
(-) Pagamento - Aplicações	1.757.856	DESPESA - REPRESENTAÇÃO	141.902
Assistência - Associado	1.385.431	Comunicação - Divulgação	126.136
Assistência - Empregado	230.523	Eventuais	15.767
Despesa - Representação	141.902		
(=) SALDO FINAL	1.253.781	TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.757.856

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria e Cooperados da

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



São Paulo (SP), 30 de janeiro de 2015.

Rui de Assis Vasconcelos
Contador - CRC – MG 75.505/O-3 “S” RJ
CNAI 1915

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. – SICOOB CECREMEF**, após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados, e, à vista do parecer da auditoria externa sem ressalvas da CNAC Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa em 30/01/2015, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Cooperativa no período.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2015.

Ana Paula dos Santos Pereira, José Carlos Daniel Cruz, Mario Joaquim Corgo Ferreira, Mario Pasquale Bellafronte, Oswaldo Farelli Ferreira e Selma Cristina Santiago Baptista.